

EDUCAÇÃO / Conforme balanço do Enem 2023, 2.217 concorrentes foram eliminados por desobediência às regras no domingo e houve 859 registros de ocorrências logísticas, como falta de energia, além de novo vazamento de provas

32% de taxa de ausência no 2º dia

» VICTOR CORREIA

O segundo dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado, ontem, em todo o país, teve um índice de ausência de 32%, mantendo taxa parecida à do ano passado. O mesmo ocorreu no primeiro dia, que teve 28,1% de abstenção entre os participantes. A taxa é considerada alta, mas compatível com o histórico do exame. Em coletiva de imprensa para apresentar o balanço do Enem, o ministro da Educação, Camilo Santana, declarou que o governo vai trabalhar para reduzir essa taxa nos próximos anos, e realizar uma avaliação geral da prova.

Ao todo, o Enem 2023 contou com 3.934.242 inscritos, cerca de 500 mil a mais do que no ano passado, o que foi celebrado pelo governo. Nos últimos anos, havia uma tendência de queda no número de participantes. Ainda de acordo com o balanço, 2.217 concorrentes foram eliminados por usarem equipamentos eletrônicos ou desobedecerem as orientações dos fiscais, por exemplo, e foram registradas 859 ocorrências logísticas, como falta de energia no local de aplicação. Os estudantes que se sentiram prejudicados podem pedir a reaplicação da prova a partir de hoje até sexta-feira, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para Santana, a aplicação da prova ocorreu tranquilamente. Ele disse, porém, estar preocupado com o índice de abstenções. “Vamos colocar como uma das prioridades reverter (o índice). Aliás, já procuramos reverter neste ano. Vimos encontrar mecanismos para que a gente possa estimular a

Victor Correia/CB/D.A. Press



Ministro da Educação, Camilo Santana, ao lado do presidente do Inep, Manuel Palácios, diz que vai trabalhar para reduzir ausência nos próximos anos

inscrição desses jovens”, pontuou o ministro. Uma das iniciativas estudadas pelo governo é eliminar a taxa de inscrição.

O governo fará uma avaliação geral do Enem ao fim do processo. Ainda serão realizadas a reaplicação de provas e os exames voltados à população carcerária, nos dias 12 e 13 de dezembro. O presidente do Inep, Manuel Palácios, também anunciou o lançamento de um edital em janeiro para contratar novos

elaboradores e revisores.

“Para conseguirmos ter um banco de itens mais robusto para a realização das avaliações do Enem a cada ano, temos a intenção de promover uma discussão, a mais ampla possível, da construção dos itens que compõem o Enem”, declarou Palácios. Uma das questões da prova aplicada ontem foi anulada por já ter sido usada no Enem de 2010.

Assim como no primeiro dia de provas, os exames de ontem

também contaram com questões sobre o agronegócio, que causaram rebuliço entre parlamentares da bancada ruralista. Questionado sobre os itens, Camilo rebateu que não há interferência do governo na elaboração das perguntas. Ruralistas o convocaram para prestar esclarecimentos no Congresso Nacional. “Estarei à disposição para responder a qualquer questionamento do Congresso Nacional”, pontuou o ministro.

Palácios e Santana também frisaram que o Enem de 2024 vai seguir a mesma metodologia aplicada neste ano, em meio à discussão sobre mudanças no ensino médio. “Toda e qualquer alteração no Enem deve ser feita com muita antecedência”, disse Palácios.

Já Camilo Santana destacou que sua gestão resolveu avaliar a proposta do Novo Ensino Médio que estava em tramitação, e enviou novo texto ao Parlamento.

Investigação

Assim como no primeiro dia de provas, o MEC e o Inep identificaram a circulação de imagens do teste nas redes sociais antes do prazo para que os participantes saiam com os cadernos. Por volta das 17h, um arquivo de PDF com as páginas escaneadas do exame foi divulgado — a prova só pode ficar com o estudante na última meia hora do exame.

“Nós imediatamente acionamos novamente a Polícia Federal, que também já está em investigação em várias diligências sobre a circulação de fotos do primeiro dia”, comentou o ministro da Educação. “Lembrando que não há nenhum prejuízo, porque não houve nenhuma confirmação de vazamento antes do início da prova. A PF colocará todo o rigor para identificação criminal desse fato”, acrescentou.

Durante a semana, a PF identificou e ouviu oito pessoas que divulgaram fotos da prova do primeiro dia. As oitivas foram realizadas em Caruaru (PE), Natal (RN), Cornélio Procopio (PR) e em Brasília (DF). Em Vitória da Conquista (BA) e em Maceió (AL), a operação apreendeu materiais suspeitos de serem usados para fraudes no Enem.

No primeiro exame, circularam fotos contendo o tema da redação e os textos auxiliares. Imagens do caderno inteiro também puderam ser vistas nas redes sociais. Os participantes são proibidos de usar equipamentos eletrônicos na realização das provas, sob pena de eliminação. Devido aos ocorridos, a PF, o MEC e o Inep intensificaram o monitoramento das redes ontem.

Leia mais nas páginas 13 e 14

Mais idosos aderem ao Enem

» VINICIUS DORIA

Os números absolutos ainda são modestos, mas apontam uma tendência que acaba de ser corroborada pelo Censo 2022. Entre os quase quatro milhões de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano, estão cerca de 10 mil candidatos com mais de 60 anos. O número se aproxima do dobro do que foi registrado no exame de dois anos atrás. Em 2021, 6 mil pessoas com mais de 60 anos tentaram uma vaga na faculdade.

De acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Censo 2022, a população idosa do Brasil com 60 anos ou mais de idade soma 32.113.490 de habitantes (15,6%), um aumento de 56% em relação a 2010, quando era de 20.590.597 (10,8%). Os números do Censo e do Enem reforçam a necessidade de se pensar na presença maior de pessoas mais velhas no cotidiano da sociedade, no trabalho, na família e no lazer.

Os especialistas apontam para outro fator importante captado pela pesquisa do Censo, que tende a se refletir no perfil dos inscritos no Enem. Metade da população brasileira já tem mais de 35

anos. Há, para cada grupo de 100 crianças com menos de 14 anos, 55,2 idosos com mais de 65. Doze anos atrás, eram 30,7. Se baixarmos a média para pessoas com mais de 60 anos, o índice chega a 80%. Esses números da base e do topo da pirâmide etária mostram a mudança no formato geométrico que distribui a população por faixa de idade.

Para a doutora em gerontologia e reitora da Uniceplac, de Curitiba, Kelly Pereira, a presença cada vez maior de idosos nos bancos das faculdades exige uma reflexão das instituições de ensino para que se preparem adequadamente. A começar pelo perfil e pelas aspirações desse grupo em relação aos jovens que estão na trajetória educacional esperada.

“A gente começa a vivenciar um cenário diferente, de pessoas que não tinham oportunidade, que precisavam contextualizar uma vida, com família e profissão, e só depois é que conseguiram criar uma frente para voltar a estudar. E ainda têm aqueles que buscam outra formação para retornar ao mercado de trabalho. As instituições têm que pensar em formatos curriculares de aprendizagem para a vida, para o longo prazo”, disse a reitora ao Correio.

Mas as diferenças podem ser

aliadas no processo de aprendizagem. A diversidade e a experiência de vida dos alunos idosos devem ser exploradas, para a educadora, como prática de convivência, em que todos ganham. “Essas pessoas trazem histórias de vida, passam por um processo de amadurecimento diferente do de um aluno que acabou de sair do ensino médio. Nas atividades de sala de aula, essa pessoa mais velha tem a oportunidade de trazer histórias de vida, exemplos, que podem contribuir para o processo de aprendizagem aquele que é mais novo”, pondera.

A presença cada vez mais visível da geração 60+ nas salas de aula das faculdades impõe, na elaboração de políticas públicas e na gestão das instituições de ensino, alguns desafios decorrentes do abismo geracional em relação aos adolescentes que acabaram de se formar no ensino médio. Entre eles, está o uso adequado das novas tecnologias, geralmente bem mais amigáveis à nova geração do que aos representantes das gerações ainda analógicas. A adaptação às novas ferramentas de ensino baseadas na tecnologia digital e na linguagem das redes sociais costumam ser mais lenta.

Divulgação



Kelly Pereira reforça que o processo educacional, atualmente, é muito mais participativo, o que favorece a inclusão e a diversidade. “Hoje, a gente não fala mais de um aluno isolado em uma carteira, de uma sala de aula com todo mundo em silêncio, sentado um atrás do outro. Hoje temos o trabalho coletivo, o diálogo, a construção de ideias. E falamos de muitos outros aspectos também, de gênero, de raça. Quando trazemos todos para o mesmo local, para discutir educação, a gente só evolui.”

Preconceito

O lado perverso da moeda da inclusão dos alunos com mais de 60 anos de idade ainda é o preconceito. Não são raros os ataques que os mais velhos recebem de colegas por meio das redes sociais. Em março deste ano, três estudantes de uma faculdade privada de Bauru, no interior de São Paulo, foram acusadas de injúria e difamação por postar, nas redes sociais, um vídeo em que perguntam “como faz para desmatar uma aluna de 40 anos” que

As instituições têm que pensar em formatos curriculares de aprendizagem para a vida, para o longo prazo”

Kelly Pereira, doutora em gerontologia e reitora da Uniceplac

“sequer sabe mexer no Google?”. “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”, escreveu um seguidor na área de comentários. A pessoa com 40 anos de idade está longe de ser considerada idosa, mas o etarismo nas instituições de ensino é usado como bullying, uma agressão que deve ser combatida.

“Precisamos estar preparados para lidar com a questão do preconceito em relação ao etarismo”, alerta a reitora. “A gente não está preparada para a sexualidade do idoso, a reinserção desse idoso no mercado de trabalho, mas vai ter que se preparar para inserir esse idoso no contexto da sociedade novamente. Vamos ter muito mais pessoas envelhecendo do que nascendo, precisamos mudar”, aponta.

EQUIDADE

Lula sanciona hoje nova lei de cotas universitárias

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona hoje a nova lei de cotas, atualização da lei que reserva pelo menos 50% das vagas em universidades públicas para estudantes da rede pública de ensino, divididas por critérios raciais e de renda. O texto será assinado durante evento no Palácio do Planalto, previsto para às 11h de hoje, com a presença de ministros da

área social do governo.

A lei traz uma série de mudanças para o mecanismo das cotas, criado em agosto de 2012. O primeiro texto prevê uma atualização da lei que reserva pelo menos 50% das vagas em universidades públicas para estudantes da rede pública de ensino, divididas por critérios raciais e de renda. O texto será assinado durante evento no Palácio do Planalto, previsto para às 11h de hoje, com a presença de ministros da

As cotas dividem as vagas das universidades públicas ao meio, sendo 50% para a ampla concorrência, e 50% para estudantes de escolas públicas. Dessas, 25% das vagas vão para pessoas com renda familiar de até 1,5 salário mínimo (R\$ 1.980) por pessoa, 25% vão para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, de forma proporcional.

A nova versão reduz a faixa de renda máxima para um (R\$ 1.320) por pessoa da família, e inclui

quilombolas entre os beneficiados. Além disso, os estudantes passarão a participar automaticamente da ampla concorrência, primeiro, e terão acesso às cotas apenas se não atingirem a nota mínima. Atualmente, os alunos devem escolher a ampla concorrência ou as cotas no momento da inscrição.

Há mudanças ainda na distribuição das vagas remanescentes, determinação para que as instituições de ensino implementem

programas para incentivar o acesso de pretos, pardos, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação (sem especificar quais medidas devem ser adotadas), e prioridade para os cotistas na solicitação do auxílio-estudantil.

A Lei de Cotas é considerada a política mais importante para democratizar o ensino superior. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep), mais de um milhão de pessoas foram beneficiadas entre 2012 e 2021.

Acompanham Lula na assinatura da lei os ministros Camilo Santana (Educação), Anielle Franco (Igualdade Racial), Silvío Almeida (Direitos Humanos e Cidadania), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência), além de parlamentares e representantes da sociedade civil.